

Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Petrobras pode distribuir 50% de dividendos retidos3

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Em busca de R\$ 300 bi adicionais para atingir metas fiscais em 2025 e 2026, equipe econômica já admite rever objetivos4

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf decide contra B3 com voto de qualidade em caso sobre amortização de ágio7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad elogia saúde financeira da Petrobras8

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governadores voltam a se reunir para tratar dívida10

O ESTADO DE S. PAULO - COLUNA DO ESTADÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fazenda descarta solicitar urgência constitucional para regulamentação da tributária - COLUNA DO ESTADÃO12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Projetos que vão regulamentar reforma chegam ao Congresso semana que vem14

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL RUMOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Investimento privado, ajuste fiscal e inclusão são bases para o crescimento15

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL RUMOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regulamentação deve ser feita em dois projetos de lei17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ala contrária a Prates quer impor condições19

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Sinal verde para a economia verde (Editorial)21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Sem receita extra no radar, governo avalia reduzir meta fiscal para 202523

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"Receita extra tem um prazo e novos gastos são permanentes"24

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Solução no arcabouço.....	26
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Projeto deve indicar flexibilização de pisos constitucionais.....	27
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Governo avalia reduzir meta fiscal de 2025 para 0,25% do PIB.....	28

Petrobras pode distribuir 50% de dividendos retidos

Jéssica Sant"Ana e Murillo Camarotto

O governo deve propor ao conselho de administração da Petrobras a distribuição de 50% dos dividendos extraordinários retidos em conta de reserva de remuneração de capital, após a diretoria da estatal ter sinalizado positivamente em aderir à transação tributária relacionada aos contratos de afretamento (espécie de aluguel) de plataformas de petróleo, apurou o Valor com duas fontes a par do assunto.

Um técnico do governo explicou que é uma situação de ganha-ganha para a União. Ela receberá parte dos dividendos extraordinários, já que é controladora da empresa, e receberá também parte do acordo que será fechado na transação. O dinheiro será fundamental para tentar zerar o déficit primário neste ano. Inicialmente, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendia a distribuição integral dos dividendos extraordinários.

A transação tributária relacionada aos contratos de afretamento deve envolver acordo de R\$ 20 bilhões, segundo apurou o Valor. O montante que entrará no caixa da União deve ser um pouco menor, devido ao abatimento de crédito de prejuízo fiscal. A adesão deve colocar fim a uma disputa que envolve processos administrativos e judiciais de R\$ 55,234 bilhões.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a **Receita Federal** colocaram em consulta pública o edital que permite a transação sobre a incidência ou não do IRRF, da Cide, do PIS e da Cofins sobre remessas ao exterior, decorrentes da bipartição do negócio jurídico pactuado em um contrato de afretamento de embarcações ou plataformas.

O Valor apurou que há um acordo do governo com a diretoria para que a empresa aceite aderir à transação, na opção de pagamento que oferecerá desconto de 60% sobre o total do débito. O restante deverá ser pago com entrada de no mínimo 30% e o saldo remanescente em até seis parcelas mensais.

O edital oferecerá ainda uma segunda opção: desconto de 35% sobre o valor total do débito. O restante poderá ser pago com uma entrada de no mínimo 10% e o saldo remanescente em até 24 parcelas mensais. A minuta também vai prever que a transação admitirá a utilização de créditos de prejuízo

fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, até o limite de 10% do saldo remanescente após a incidência do desconto inicial. A previsão é que o edital seja publicado ainda neste mês para que as empresas possam solicitar a adesão.

O assunto foi um dos temas debatidos na reunião na semana passada no Palácio do Planalto, que contou com a participação dos ministros Rui Costa (Casa Civil), Alexandre Silveira (MME) e Haddad. Também teria sido levado por Haddad ontem ao conhecimento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em reunião no Palácio do Planalto.

Nas suas demonstrações financeiras, a Petrobras avalia os processos relativos aos contratos de afretamento como "perda possível", pois cita haver manifestações favoráveis ao entendimento da companhia nos tribunais superiores.

Contudo, a chamada transação de grandes teses tributárias, que está sendo feita pela Receita e pela PGFN, é uma das principais apostas da Fazenda para zerar o déficit primário neste ano. Isso porque, mesmo que a União ganhe as disputas no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**), como vem ocorrendo nos casos do afretamento envolvendo a Petrobras, as empresas podem recorrer ao Judiciário, em processos que se arrastam por anos, o que faz com que o dinheiro não entre no caixa da União imediatamente.

Em **comunicado** ao mercado, a Petrobras diz que "avalia tecnicamente a minuta do edital colocada em consulta pública, como é a prática regular sempre que são oferecidas alternativas em relação ao contencioso tributário". "Eventuais decisões relativas à adesão ou não da transação tributária proposta serão pautadas em análises técnicas criteriosas e avaliação de vantajosidade econômica, observando a política tributária da Petrobras, o rito de governança e os procedimentos internos aplicáveis à avaliação da proposta", diz a empresa.

Dividendos será fundamental para tentar zerar o déficit primário neste ano

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187836?page=1§ion=1>

Em busca de R\$ 300 bi adicionais para atingir metas fiscais em 2025 e 2026, equipe econômica já admite rever objetivos

Por **Alexandro Martello**, g1 - Brasília

A equipe econômica precisaria elevar a arrecadação, por meio de medidas adicionais, em R\$ 296 bilhões em 2025 e 2026, para cumprir as metas fiscais existentes.

Veja detalhes mais abaixo nessa reportagem sobre as metas fiscais.

O cálculo foi feito pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio do relatório de projeções fiscais.

Para 2025, a projeção é de uma necessidade de 1% a mais do **PIB** em arrecadação, ou seja, R\$ 123,9 bilhões (considerando o **PIB** nominal de R\$ 12,388 trilhões estimado pelo Ministério da Fazenda). Para 2026, a necessidade indicada é de uma arrecadação adicional de 1,3% do **PIB**, cerca de R\$ 172,1 bilhões (considerando o **PIB** nominal de R\$ 13,237 trilhões projetado pelo Ministério da Fazenda).

A estimativa do órgão considera que as medidas de aumento de arrecadação aprovadas no ano passado pela equipe econômica surtirão o efeito de elevar as receitas em R\$ 168 bilhões em 2024 -- algo considerado difícil por analistas do mercado financeiro.

Em 2024, será necessário concretizar o esforço arrecadatório já previsto na LOA e incorporado no cenário base, tendo em vista a sanção das respectivas medidas legislativas. Em 2025 e 2026, serão necessários 1% do **PIB** e 1,3% do **PIB**, respectivamente [em medidas adicionais, isto é, além da legislação vigente, para incremento das receitas], informou o Tesouro Nacional.

Por conta da dificuldade em obter essa arrecadação extra neste e nos próximos anos, analistas acreditam que as metas fiscais dos próximos anos podem ser alteradas. E autoridades da equipe econômica do governo já admitem que isso deve ser feito (leia mais abaixo nessa reportagem).

Para isso, basta o governo enviar uma proposta diferente com metas diferentes, menores, por meio da proposta de LDO de 2025, que será enviada na

próxima segunda-feira ao Legislativo. O Congresso Nacional tem de aprovar essas novas metas para que elas se tornem válidas. Metas mais conservadoras indicariam uma trajetória mais gradual na busca pelo equilíbrio das contas públicas (déficit zero), até então almejado para este ano ou, no máximo, para 2025. Pelo arcabouço fiscal, a nova regra para as contas públicas, no caso de as metas fiscais não serem atingidas (dentro do intervalo das bandas), o gasto do governo, no ano seguinte, poderia crescer menos.

As metas indicadas para 2025 e 2026, de 0,5% e 1% do **PIB** de superávit primário não são factíveis. Todos sabemos disso e é por essa razão que o PLDO precisa trazer uma meta realista para o ano que vem, afirmou o economista-chefe e sócio da Warren Investimentos, Felipe Salto.

Para ele, o governo errou, em 2023, quando anunciou que zeraria o déficit primário neste ano e buscaria superávit em 2025.

Cometeu um erro ao fixar algo tão ousado para o médio prazo. Não havia necessidade e era bastante claro que não seria possível promover um ajuste tão rápido sem medidas mais duras do lado das despesas, que já deveriam ter sido tomadas no fim de 2022, se fosse o caso. Talvez nem assim. Logo, 2025 está errado e precisa ser alterado, declarou o economista.

Economistas pedem ao governo maior ênfase na redução de gastos e indicam possíveis cortes

Felipe Salto destacou, porém, que é importante sustentar o compromisso de 2024 [manter a atual meta], pois essa âncora de curtíssimo prazo é que está sustentando as boas medidas aprovadas no ano passado para recuperar receitas, segurar as expectativas e efetivamente melhorar a arrecadação, como estamos vendo no primeiro trimestre.

Governo admite mudança

Questionada por jornalistas na última semana, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, admitiu que já está se exaurindo o aumento do

orçamento brasileiro pela ótica da receita, ou seja, por meio de medidas para aumentar a arrecadação .

Passar disso significaria aumentar imposto. Até agora o que nós fizemos foi recuperar receitas públicas no Brasil sem aumentar **impostos** , declarou a ministra Simone Tebet.

Segundo ela, além de cortar despesas, o governo também pode optar por mudar as metas fiscais existentes.

O que eu só posso adiantar, que é o que o ministro Haddad também já adiantou pra vocês, que está na mesa a discussão da meta de 2024 e de 2025. A rediscussão , declarou a ministra do Planejamento, Simone Tebet, na semana passada.

Nesta segunda-feira (8), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo tenta fixar uma meta factível para as contas públicas em 2025.

Nós estamos esgotando o tempo para fazer as contas necessárias para fixar uma meta factível à luz do que aconteceu de um ano para cá , declarou Haddad, nesta segunda-feira.

A definição de uma possível mudança nas metas fiscais será tomada nesta semana, em reunião da Junta de Execução Orçamentária, e incluída na proposta da LDO de 2025 -- que será enviada ao Congresso Nacional na próxima segunda-feira (15).

Metas fiscais

As metas fiscais atuais, fixadas por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, preveem que o rombo nas contas públicas seja zerado a partir deste ano. Contempla, ainda, resultados superavitários de 2025 em diante.

Em torno do objetivo central, há bandas de oscilação do resultado primário. Dentro dessas bandas, não haveria descumprimento das metas fiscais. Desse modo:

Para 2024, que tem uma meta central zero, as contas do governo podem ter um resultado deficitário, ou superavitário, de até R\$ 28,75 bilhões sem que as metas fiscais fossem descumpridas. Em 2025, cuja meta central é de 0,5% do **PIB** de superávit (cerca de R\$ 62 bilhões), as contas do governo podem apresentar um saldo positivo entre R\$ 31 bilhões e entre R\$ 93 bilhões sem que fossem descumpridas. Já em 2026, com meta central de 1% do **PIB** (cerca de R\$ 132 bilhões), as contas do governo podem apresentar um saldo positivo entre R\$ 99 bilhões e entre R\$ 165 bilhões sem que fossem descumpridas.

Pelo arcabouço fiscal, a nova regra para as contas públicas, no caso de as metas não serem atingidas (dentro do intervalo das bandas), o gasto do governo, no ano seguinte, poderia crescer, no máximo, 0,6% em termos reais (acima da **inflação**). Caso as metas sejam atingidas, a despesa pode crescer bem mais: 2,5% em termos reais.

Resultado de 2024

Em busca do déficit zero neste ano, a equipe econômica aprovou, no ano passado, uma série de medidas de aumento de arrecadação no Congresso Nacional. Veja abaixo:

Volta da regra que favorece o governo em casos de empate no **Carf**, órgão colegiado responsável pelo julgamento de recursos de empresas multadas pela **Receita Federal** - com arrecadação esperada de R\$ 54,7 bilhões em 2024. MP que altera de tributação de incentivos (subvenções) concedidos por estados sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - com receita esperada de R\$ 35 bilhões neste ano. Mudanças no regime dos juros sobre capital próprio, que consiste em uma forma de distribuição dos lucros de uma empresa de capital aberto (que tem ações na bolsa) aos seus acionistas. Tributação de offshores e dos chamados fundos exclusivos; Taxação do mercado de apostas eletrônicas em jogos esportivos.

Entretanto, o governo também adotou medidas que geram perda de arrecadação, como a correção da tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) e, também, novos benefícios para a indústria automotiva. Esse valor, de R\$ 6 bilhões, terá de ser compensado.

Além disso, analistas apontam que as estimativas do orçamento para os gastos com a **Previdência Social** estariam subestimados -- o que dificultaria o atingimento da meta fiscal neste ano.

Por outro lado, o pagamento de dividendos extraordinários pela Petrobras, algo que ainda não foi aprovado pelo governo federal (controlador da estatal), poderia ajudar no aumento de arrecadação.

Em pesquisa da Secretaria de Política Econômica realizada no começo de março, com participantes do mercado financeiro, a expectativa era de que as contas do governo apresentem um déficit de R\$ 82,8 bilhões neste ano. E um resultado negativo de R\$ 86,5 bilhões em 2025.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/04/09/em->

***busca-de-r-300-bi-adicionais-para-atingir-metas-fiscais-
em-2025-e-2026-equipe-economica-ja-admite-rever-
objetivos.ghml***

Carf decide contra B3 com voto de qualidade em caso sobre amortização de ágio

A B3 anunciou nesta terça-feira que o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** deu decisão desfavorável à empresa em um caso de 5,4 bilhões de reais que questiona a amortização de ágio gerada pela incorporação de ações da Bovespa em 2008.

A B3 afirmou que a decisão contra recurso da companhia se deu por voto de qualidade e que apresentará recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais do **Carf**.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/carf-decide-contra-b3-com-voto-de-qualidade-em-caso-sobre-amortizacao-de-agio,3aa45502e9b4ac263f953e270444e290jtrp69kk.html>

Haddad elogia saúde financeira da Petrobras

» **EVANDRO ÉBOLI**

A semana começou com uma menor pressão sobre o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, o que sinaliza a garantia de sua permanência no cargo, ao menos por enquanto. No Palácio do Planalto, ontem, o que se ouvia de auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva era que "a poeira baixou".

O desenho da reunião marcada e desmarcada do último domingo - na qual participariam os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Silveira (Minas e Energia) - não ocorreu ontem.

Lula se reuniu apenas com Haddad, durante meia hora no início da noite. Antes do encontro, o ministro garantiu que não trataria do tema de saída ou não de Prates com o presidente.

"Não é da minha alçada. Eu não discuto isso (sucessão na estatal) com o presidente. O que eu discuto com o presidente são cenários econômicos da empresa e do Executivo", disse Haddad, que deu sinalizações de que o debate sobre a distribuição dos dividendos - que vinha sendo ponto de discórdia do presidente da Petrobras com parte do governo - está equacionado.

Ao ser questionado sobre o assunto de dividendos, Haddad afirmou que a Petrobras é que decide, mas acredita que "está bem encaminhado", o que sinaliza estar mais a par do que ocorre internamente na empresa do que suas palavras revelam. E seguiu: "A gente tem levado muitas informações para o presidente Lula sobre a situação do caixa da Petrobras.

Tenho falado com alguns diretores e conselheiros para que o presidente tenha tranquilidade, que o plano de investimento da Petrobras não vai ser prejudicado por falta de dinheiro. Não é esse o problema", disse.

Haddad acrescentou que essa situação de equilíbrio financeiro vai dar segurança para que os conselheiros da estatal decidam sobre os dividendos extraordinários.

"Isso vai dar segurança e tranquilidade para que os conselheiros da Petrobras decidam com tranquilidade. Está bem encaminhado isso. Os números estão chegando, estão consistentes com o que imaginávamos que era a situação do caixa da

Petrobras. A empresa está robusta. Está com um bom caixa.

Está com um bom plano de investimento", completou.

empresa dilapidada O ministro seguiu explanando sobre os planos na Petrobras aos jornalistas e disse que o desafio é "porque a empresa não estava mais sendo preparada para investir" e que estava "sendo dilapidada".

"Agora, tem a reversão desse quadro, para o bem do Brasil e da empresa. São investimentos rentáveis".

Haddad é tido como um aliado de Prates e quem estaria defendendo sua permanência no comando da empresa.

Um pedido de Lula foi atendido, ao menos ontem, de que essa crise que envolve o dirigente da estatal e Alexandre Silveira, especialmente, não alcançasse o noticiário. Ou seja, que nenhum deles emitisse declarações sobre o assunto.

Os últimos dias foram de turbulência.

A saída do presidente da Petrobras era dada como certa, e nomes foram especulados para seu lugar, como o do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante. Nos bastidores, interlocutores do Planalto trataram como "açodamento" a circulação dessa informação, vazamento atribuído ao próprio dirigente do BNDES.

Haddad disse ter tratado com Lula da **reforma tributária**.

O Executivo deve enviar, semana que vem, ao Congresso Nacional, os textos dos projetos que complementarão essa emenda constitucional, aprovada no final do ano passada na Câmara. O ministro informou que a reforma seria o principal assunto de sua conversa com o presidente.

"Precisamos fechar alguns temas da reforma. Estamos nas últimas reuniões para preparar o despacho para o presidente. Vai sair do Executivo, vai passar pelo Congresso e vai sofrer todo tipo de sugestão, recomendação e pressão. A mensagem (enviada ao Congresso) é assinada pelo presidente. Tem pontos mais sensíveis. Importante que ele conheça antes de encaminhar", disse Haddad.

"tenho falado com alguns diretores e conselheiros para que o presidente tenha tranquilidade que o plano de investimento da Petrobras não vai ser prejudicado por falta de dinheiro. não é esse o problema" Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Governadores voltam a se reunir para tratar dívida

BRUNO NOGUEIRA

O presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que vai se reunir com governadores dos estados que acumulam dívidas bilionárias com a União ainda nesta semana. A ideia do parlamentar, que lidera a discussão sobre as dívidas no âmbito do Legislativo, é alinhar o projeto que deve tramitar em Brasília com o consenso dos chefes de executivos estaduais, Senado e governo federal.

A expectativa é de que não seja necessário esgotar o prazo de 60 dias dado ao Ministério da Fazenda para que os governadores apresentem suas ressalvas à proposta feita pelo ministro Fernando Haddad (PT). A ideia inicial do governo Lula é reduzir os juros das dívidas dos estados sob a condição de investimentos em ensino médio técnico profissionalizante.

"A dívida é um tema que tem gerado bastante ansiedade na política de um modo geral, mas, sobretudo, nos estados da federação. O meu estado mesmo, Minas Gerais, precisa ter uma definição em relação a isso. Há um envidamento de esforços no Ministério da Fazenda para fazer a concepção de um modelo que seja bom para a União e para os estados, em especial aqueles endividados", disse Pacheco.

O senador ainda afirma que uma nova reunião com o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), e os governadores do Sul e Sudeste deve balizar um modelo "aceitável", considerando a possibilidade de o Congresso Nacional modificar e "aperfeiçoar" o projeto de lei.

Zema, por exemplo, afirma que a medida não é tão vantajosa, pois o estado já possui um programa semelhante, mas os investimentos feitos não entrariam na conta. Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo respondem por 90% do total do estoque da dívida dos entes federativos com o governo, correspondente a R\$ 660 bilhões.

Atualmente, os juros são fixados no contrato da dívida de acordo com o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA, que em 2023 fechou em 4,72%) mais 4%, limitados a taxa básica de juros (Selic). A correção considera o menor indexador, mas os governadores afirmam que o modelo é abusivo.

O governo federal quer, com o seu plano aos estados, triplicar o número de matrículas no Ensino Médio Técnico até 2030, atingindo mais de 3 milhões de alunos. Para isso, a proposta é reduzir a taxa de juros da dívida de forma gradativa. Por exemplo, se o estado optar por investir 50% da economia gerada na mudança do indexador, ele tem direito a uma taxa de 3% ao ano.

Outro ponto apresentado pelo governo federal é a amortização extraordinária com ativos, ponto apresentado por Pacheco na proposta de federalização das estatais mineiras, como a Cemig e a Codemig. Para os estados que conseguirem reduzir a dívida em 10%, os juros dos contratos caem 0,5% ao ano. Se a redução for de 20%, os juros caem 1%.

haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), expressou o desejo de encaminhar o projeto de lei que renegocia a dívida dos estados com a União na próxima semana. Após reunião com Pacheco, o titular da pasta revelou que espera apenas o retorno dos governadores em relação à proposta apresentada há duas semanas.

Os secretários estaduais de Fazenda e Educação dos estados do Sul e Sudeste tiveram um encontro com o Secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, na última quinta-feira, para negociar os termos do projeto. O secretário da Fazenda mineira, Luiz Cláudio Gomes, por exemplo, afirma que a proposta original seria um "esforço adicional inviável".

"Para a Fazenda, o quanto antes o projeto tramitar no Congresso é melhor. Nós entendemos a angústia e temos um caminho a trilhar que tenha a concordância, se não de todos, da maioria dos governadores que foram ouvidos e estão de acordo que a solução para a dívida dos estados não pode passar por um desequilíbrio nas finanças da União", afirmou Haddad

O ministro da Fazenda também lembra que o governo federal faz um esforço para equilibrar as contas na busca por uma meta fiscal de déficit zero. "Obviamente a União tem outras prerrogativas que os estados não têm, entre elas a emissão de títulos da dívida pública, mas temos que saber usar o cobertor de maneira

adequada", completou

O encontro de Haddad com Pacheco teve a participação do ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), e o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). Entre outros temas, foi discutida a pauta econômica e a **Reforma Tributária**, que também deve ter um encaminhamento na próxima semana.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Fazenda descarta solicitar urgência constitucional para regulamentação da tributária - COLUNA DO ESTADÃO

ROSEANN KENNEDY COM EDUARDO GAYER E AUGU

Apesar de reconhecer o calendário apertado do Congresso em ano eleitoral, o Ministério da Fazenda descarta pedir urgência constitucional para acelerar a regulamentação da **reforma tributária**. A avaliação interna é que não há tempo hábil para adotar esse mecanismo sem travar a pauta do governo Lula na Câmara.

Para além disso, a ideia é evitar novos atritos com parlamentares, diante do desgaste enfrentado com a desoneração da folha de pagamento dos municípios. A equipe econômica concluiu as conversas com Estados e municípios sobre a regulamentação. Consolidado pelo secretário especial Bernard Appy, um relatório de mais de 100 páginas foi enviado para Casa Civil. A ordem agora é aguardar o aval palaciano e encaminhar dois projetos ao Congresso.

I META. A Fazenda quer evitar ao máximo a pulverização dos projetos para a regulamentação da reforma, o que dificultaria ainda mais a negociação. O foco é aprovar tudo até o fim do ano.

I NA MANGA. A regulamentação da tributária tornou-se uma "corrida" entre governo e frentes parlamentares, que têm apresentado projetos paralelos. A chegada antecipada desses textos tem o potencial de atrapalhar a vida do governo. Pelo regimento, sem urgência constitucional o presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL), pode apensar o texto da Fazenda a outros já apresentados.

I ACELERA AÍ. Ainda sobre Lira, ele se reúne hoje com o relator da prisão do deputado Chiquinho Brazão, Darci de Matos (PSD). O relator defenderá na reunião que o plenário da Câmara vote a manutenção da prisão logo após a votação na Comissão de Constituição e Justiça. Brazão é suspeito de mandar matar Marielle.

I REPAGINADO. Em conversa telefônica com o presidente Lula no domingo, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, sugeriu quatro mudanças de comportamento para o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, adotar caso seja mantido na estatal.

I LISTINHA. Para Silveira, Prates precisa: 1) ser menos subserviente ao mercado; 2) defender as pautas do governo no Conselho de Administração; 3) cumprir o plano de investimentos da Petrobras; 4) não "sabotar" a pauta do biocombustível. Na visão do ministro, nada disso hoje acontece.

I EITA. As críticas de Elon Musk ao ministro Alexandre de Moraes pararam até no grupo de WhatsApp do Conselho de Administração da Petrobras. O conselheiro Marcelo Gasparino encaminhou a postagem de Musk questionando Moraes por "tanta censura", mas apagou após o presidente do Conselho, Pietro Mendes, questionar a sua postura.

I INDIGNAÇÃO. Com apoio da esquerda e da direita, a bancada feminina do Senado apresentou pedido de voto de repúdio a Ciro Gomes. Em entrevista, o ex-ministro afirmou que a senadora Janaína Farias (PT), suplente do ministro da Educação, Camilo Santana, prestou "serviços de harém" ao titular da sua vaga. Procurado, Ciro não se manifestou.

I ASPAS. "Convocamos todos os congressistas, independente do partido ou ideologia, para que se unam em repúdio a qualquer forma de violência de gênero", diz o ofício de Daniella Ribeiro (PSD), líder da bancada feminina.

PRONTO, FALE!!

Roberto Freire Ex-deputado federal

"Parece haver uma confusa ideia sobre democracia e império da lei. Não existe império de instituições que as aplicam, muito menos de pessoas, de ministros."

CLICK

Ricardo Nunes Prefeito de São Paulo

Foi ao lançamento de Bruno Covas, livro de Tomás Covas em homenagem ao pai. Nunes foi vice do tucano e assumiu o cargo com a morte do prefeito, em 2021.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Projetos que vão regulamentar reforma chegam ao Congresso semana que vem

GIORDANNA NEVES, FERNANDA TRISOTTO e GABRIEL HIRABAHASI/BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que enviará ao Congresso na próxima semana os projetos de lei complementares que irão regulamentar a **reforma tributária**. Segundo Haddad, o governo enviará dois projetos para tratar do tema. As propostas já foram concluídas pela equipe econômica, mas precisam ainda passar pelo crivo da Casa Civil e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A regulamentação da **reforma tributária** sobre o consumo, aprovada pelo Congresso no ano passado, seria discutida ontem à noite com Lula. Segundo Haddad, os projetos tratam de temas sensíveis que precisavam ser apresentados ao presidente. O ministro, porém, saiu do encontro sem dar declarações.

STF. Haddad disse ainda que o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, sugeriu a ele que apresentasse os princípios da **reforma tributária** também aos magistrados da Corte. Segundo ele, quanto mais cedo os tribunais tiverem "juízo" sobre o tema, menos litígio será enfrentado pelo Judiciário.

No início da tarde, Haddad se reuniu com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e lideranças do governo na Casa. Além da **reforma tributária**, foi discutido o auxílio da União às dívidas dos Estados. Haddad disse que espera receber uma resposta dos governadores na semana que vem para que o tema seja resolvido o mais rápido possível.

Também foram discutidas as propostas que tramitarão no Congresso este ano. Haddad disse que a pauta legislativa está bem alinhada e que haverá um "esforço concentrado" em abril e maio para votar os projetos pertencentes à chamada "agenda microeconômica".

O ministro também reforçou aos senadores a necessidade de resgatar os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). "Despesa nova e renúncia de receita só com compensação", disse, durante entrevista após a reunião, enfatizando a necessidade de garantir essa previsibilidade para que o País atinja taxas de crescimento "ainda maiores".

RELATORIA. O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, corroborou a declaração de Haddad sobre o envio de dois projetos de lei complementar para regulamentar a **reforma tributária**. "Está se avançando em proposta de que tenha dois projetos de lei complementar: um que trata dos **impostos** (como o IVA dual e o Imposto Seletivo) e outro sobre a governança do conselho (gestor dos **tributos** dos entes subnacionais) e do fundo de desenvolvimento regional.

Vamos nos dedicar a isso nesta semana, com expectativa de se encaminhar na próxima semana", disse Padilha, lembrando que após o envio dos projetos é que se discutirá a relatória dos textos com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Investimento privado, ajuste fiscal e inclusão são bases para o crescimento

Anais Fernandes, Marcelo Osakabe, Sérgio Tauhata e Tais Hirata

O Brasil só vai conseguir crescer mais e melhor se investir em três pilares - ajuste fiscal, investimento privado e a agenda de inclusão e sustentabilidade -, avaliaram especialistas presentes ontem no evento Rumos 2024, do Valor, realizado no hotel Rosewood, em São Paulo. Segundo economistas, integrantes do governo e representantes da iniciativa privada, o país já fez avanços, como a aprovação da **reforma tributária**, mas precisa criar um ambiente saudável de negócios que possa atrair capital privado nacional e estrangeiro.

O aumento sem controle de gastos públicos, por exemplo, é frequentemente citado como motivo de preocupação entre investidores. Durante o evento, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, reconheceu serem necessárias ações de redução e melhora de qualidade do gasto público. "Buscar redução de despesas é importante para a equipe econômica", afirmou.

O número dois do ministério justificou o início do ajuste fiscal pelo lado das receitas devido a "distorções" ocorridas pela concessão de benefícios, desonerações e outros dispositivos que reduziram a arrecadação sem, no entanto, trazer ganhos econômicos estruturais. "Com o teto de gastos [regra substituída pelo arcabouço fiscal], havia uma trava em despesas, mas não havia trava do lado da receita", afirmou. "Os regimes especiais, créditos presumidos, vantagens [fiscais] e lacunas eram às vezes reproduzidos até por municípios."

O governo "vem fazendo a recomposição da base fiscal atacando o que há de mais grave das lacunas ineficientes". No curto prazo, além dos ajustes, Durigan admitiu que o governo conta com os dividendos das estatais para ajudar a reequilibrar as contas públicas. "A visão da Fazenda é que as entradas [de dividendos] são relevantes do ponto de vista fiscal, mas isso deve acontecer com o necessário diálogo." Conforme o dirigente, "o ministro [da Fazenda] Fernando Haddad não nega e eu não nego que é importante ter essas receitas".

No longo prazo, o ajuste fiscal será realizado pela própria **reforma tributária** na visão do secretário. "A

consolidação fiscal se iniciou ano passado, vemos agora no início de 2024 um atingimento de bons resultados. Mas é uma agenda que ao longo do tempo será cumprida pela **reforma tributária**, que vai trazer a recomposição mais abrangente do nosso sistema tributário."

Em outro painel, o secretário de reformas econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto, também falou sobre um conjunto de medidas capitaneado pela pasta. São as iniciativas para redução do "spread" bancário (diferença entre a taxa de captação e a de empréstimos aos bancos). O secretário citou um estudo do Banco Central que mostra que, se o Brasil tivesse spread igual à média mundial, de 6% ao ano, o país teria 40% mais de crédito e um Produto Interno Bruto (**PIB**) 5% maior.

"No longo prazo, temos uma meta importante", disse. O Brasil tem um spread em torno de 20% ao ano. "A gente tem condições de reduzir", disse o secretário. "Tem condições de destravar um volume de crédito gigantesco e crescimento muito grande."

Durigan acrescentou que a equipe econômica tem trabalhado com uma agenda dupla em uma visão de desenvolvimento no longo prazo: a de consolidação fiscal e a ecológica. "Para que o país cresça com desenvolvimento social e responsabilidade ambiental, precisamos de duas agendas", afirmou. O secretário-executivo destacou que "esses temas se complementam".

As soluções para aumento da produtividade no Brasil também foram temas de debate no Rumos. Barbosa Pinto avaliou que "o Brasil não vai conseguir crescer de forma sustentável sem atacar o problema da produtividade".

Na visão dele, "esse é um trabalho de longo prazo, trabalho ingrato", mas ponderou ser possível ver alterações significativas no curto prazo de medidas tomadas no passado recente, como a lei de alienação fiduciária, que multiplicou o tamanho do mercado de crédito imobiliário. Barbosa Pinto citou a aprovação, no ano passado, do marco das garantias, que vai ajudar a reduzir custos de financiamentos, além de acelerar a recuperação de bens oferecidos como garantia nos contratos.

As reformas estruturais trouxeram efeitos potencialmente positivos sobre a produtividade, avaliaram as economistas Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre), e Cassiana Fernandez, chefe de pesquisa econômica para América Latina e economista-chefe de Brasil do J.P. Morgan. "Algo que surpreendeu foram os efeitos positivos da reforma trabalhista", disse Matos. "A recuperação no pós-pandemia foi diferente, veio mais com emprego formal."

Já segundo Fernandez, do J.P.Morgan, seus modelos apontam ainda um crescimento potencial do Brasil mais perto de 1,5% ao ano. A economista do J.P.Morgan disse ter "grande confiança" nos efeitos que a **reforma tributária** sobre consumo pode ter sobre a produtividade à frente.

A economista-chefe do Santander e ex-secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, avaliou ser necessário reduzir custos de crédito no Brasil para acelerar o crescimento. "É preciso reduzir custo de financiamento e abrir espaço para setor privado fazer seu papel", afirmou.

Vescovi enfatizou a importância de o país conseguir criar "um ambiente de negócios saudável, com segurança jurídica". A economista disse conversar com frequência com investidores internacionais "que olham para o Brasil e as vantagens comparativas que temos nesse momento de transição energética". No entanto, temas como governança das estatais e a própria tramitação da **reforma tributária**, que ainda precisa passar pela regulamentação do Congresso, acabam inspirando cautela.

"Buscar redução de despesas é importante para a equipe econômica" Dario Durigan

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Investimento privado, ajuste fiscal e inclusão são bases para o crescimento

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187836?page=1§ion=1>

Regulamentação deve ser feita em dois projetos de lei

Anais Fernandes e Marcela Villar

No próximo dia 15, o governo federal deve apresentar a proposta de regulamentação da **reforma tributária** sobre consumo em dois projetos de lei complementar que podem chegar a "mais de cem ou talvez mais de 150 páginas". O governo ainda trabalha com alíquota de referência de 27% para que os novos **tributos** criados pela reforma mantenham a neutralidade tributária em relação à carga já existente, mas um cálculo atualizado deverá ser enviado juntamente com as propostas.

Elas já têm mais de 90% de convergência em relação ao que propõem União, Estados e municípios. O assunto, porém, promete ser alvo de disputa setorial intensa sobre quais bens e serviços podem ser classificados nos tratamentos tributários mais benéficos dos novos **tributos** a serem criados. Mais de duas centenas de frentes parlamentares foram formadas no Congresso sobre a regulamentação, discussão que tem como desafio ainda a agenda legislativa mais apertada este ano, em razão das eleições municipais no segundo semestre.

Essas são algumas das informações divulgadas no debate sobre **reforma tributária** no evento Rumos 2024. Participaram do painel Daniel Loria, diretor da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, e o senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da **reforma tributária** no Senado.

Loria afirmou que hoje existe mais de 90% de convergência entre Estados, municípios e governo federal a respeito da regulamentação. "Esforço enorme tem sido feito para buscar convergência. Desde janeiro nos empenhamos na construção coletiva da regulamentação da reforma de modo que chegue ao Congresso um projeto único, alinhado."

A **reforma tributária** sobre o consumo, aprovada pela Emenda Constitucional 132/2023, sancionada em dezembro, vai substituir os atuais **tributos** federais PIS, Co-fins e IPI, além do ICMS estadual e do ISS municipal pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de cobrança da União, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será gerido conjuntamente por Estados e municípios. Além da CBS e do IBS, que são **tributos** sobre valor agregado, não cumulativos e que terão mesma base de cálculo e mesmo fato

gerador, a reforma também cria o Imposto Seletivo (IS), a ser cobrado sobre bens e serviços com externalidades negativas para saúde e meio ambiente.

Segundo Loria, toda a parte técnica sobre o recolhimento dos novos **tributos** virá no primeiro projeto de lei complementar, sobre IBS, CBS e IS, com estabelecimento da base de cálculo, alíquota de referência, metodologia, aspectos de regime específicos, do setor financeiro e de combustíveis, assim como cesta básica nacional e regimes favorecidos. Já o segundo projeto trará aspectos do comitê gestor e de regulação específica para Estados e municípios. A regulação do processo administrativo fiscal virá também em um dos dois textos.

Loria disse que a ideia inicial era enviar a regulamentação em quatro peças legislativas. Porém, por estratégia política em ano eleitoral, será concentrada em dois projetos, sem comprometer a qualidade técnica ou processual.

Para Braga, foi acertada e "muito produtiva" a decisão de enviar dois projetos. "Vai assegurar que, no Congresso, possamos trabalhar com a meta de aprovar a regulamentação ainda neste ano", afirmou. "A tramitação na Câmara e no Senado terá um complicador que são as eleições municipais, porque serão mobilizadas forças políticas nacionais e partidárias."

Loria ressaltou ainda a complexidade dos textos regulamentares que serão enviados, que podem ter "mais de cem, talvez mais de 150 páginas" cada. "O cuidado na redação é extremo. As normas gerais já devem ter sido revisadas cem vezes. Em cada passada de olhos se pode enxergar uma vírgula que pode gerar ambiguidade e estamos tentando evitar isso."

Para Braga, a reforma sobre o consumo é uma "prioridade nacional". A formação das 200 frentes parlamentares que têm surgido no Congresso para discutir o tema é efeito disso. "O que reforça que o setor produtivo está buscando novas estratégias para negociação", disse.

Segundo o senador, a instituição do "cashback" para a cesta básica nas leis complementares evitaria a discussão de propostas que surgiram recentemente,

para a inclusão de itens como salmão e caviar entre os que devem ter alíquota zero de IBS e CBS. Ele defende que esses produtos "não fazem parte [da cesta básica] e não devem constar" no texto. Para Braga, a instituição da neutralidade da carga tributária como uma trava para a carga sobre consumo traz tranquilidade para os consumidores.

Loria afirmou que é preciso ter cuidado em manter a alíquota de referência da reforma em 27% para evitar aumento da carga. Para isso, é preciso "evitar excessos" nos regimes específicos. "Se tenho uma alíquota reduzida de 60% para serviços de saúde, não faz sentido uma alíquota menor que essa para outro setor", disse Loria. Ele acredita que a calibragem do Imposto Seletivo no Congresso durante a discussão das leis é uma questão política e que vai gerar muito debate. "Temos de ficar todos muito atentos ao equilíbrio geral do sistema." "Cada item pode ter impacto relevante na alíquota de referência, então é preciso ter atenção e cuidado com os regimes favorecidos", afirmou Loria. Por isso, um cálculo atualizado da alíquota deve ser enviado junto com o projeto. Um dos "sonhos de consumo" da Fazenda, disse, é ter uma calculadora com cada regime atualizando a alíquota de referência.

O diretor disse ainda que não há previsão para envio da regulamentação de outros **tributos** que tiveram aspectos alterados pela emenda da reforma, como o ITCMD, imposto estadual sobre doações e heranças, e a Contribuição de Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip), das prefeituras.

O evento, que ocorreu no hotel Rosewood, em São Paulo, é uma realização do Valor, com patrocínio master da Suzano e apoio do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

"É preciso ter atenção e cuidado com os regimes favorecidos"

Daniel Loria

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187836?page=1§ion=1>

Ala contrária a Prates quer impor condições

**SERGIO ROXO, RENAN MONTEIRO, GERALDA DOCA,
LAURIBERTO POMPEU E ANA FLÁVIA PILAR**
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA E SÃO PAULO

Após conversas durante o fim de semana com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, adversários do presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, dentro do governo passaram a admitir a possibilidade de concordar com a permanência do CEO à frente da estatal desde que ele se mostre disposto a cumprir determinadas condições. Estas incluem reduzir o que consideram ser uma visão em excesso a favor do mercado, parar de se queixar dos representantes da União no Conselho de Administração da companhia e apresentar um plano de investimento em gás, fertilizantes e refino.

Prates passa por uma fritura pública no cargo, com críticas abertas do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira - que conta com o endosso do chefe da Casa Civil, Rui Costa. A avaliação no Planalto é que a situação do CEO da estatal se mostra frágil diante da crise, e sua saída do cargo ainda é o cenário mais provável. Ao longo do fim de semana, Lula tratou da crise da Petrobras em ligações telefônicas para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, além de Silveira e Costa.

O presidente chegou a convocar os três ministros para anteciparem a volta de seus estados para Brasília na noite de domingo, a fim de se reunirem no Palácio da Alvorada. Mas Lula se irritou com o vazamento de que o encontro aconteceria e o cancelou. Na manhã de ontem, o presidente recebeu Haddad no Planalto, em uma reunião que não constava da agenda oficial. Os dois voltaram a se encontrar à noite, a portas fechadas.

HADDAD: "NÃO DISCUTO ISSO"

Antes da segunda reunião, Haddad afirmou que as discussões sobre a distribuição de dividendos extraordinários da Petrobras estão "encaminhadas" e que o Conselho de Administração da estatal deve decidir sobre o tema ainda este mês. Em março, a Petrobras reteve R\$ 49,3 bilhões em dividendos extraordinários, que seriam pagos aos acionistas.

A medida gerou um tombo de R\$ 55,3 bilhões no valor de mercado da empresa e fez com que a crise escalasse.

- Estamos falando com os diretores da Petrobras, com

alguns conselheiros, para que o presidente (Lula) possa ter tranquilidade de que o plano de investimento da Petrobras não vai ser prejudicado por questão financeira. Não é esse o problema. Então, isso vai dar segurança para que a diretoria, agora, possa tomar com tranquilidade uma decisão. Mas eu penso que está bem encaminhado nisso -disse Haddad.

Perguntado sobre uma possível troca no comando da estatal, ele disse que não trata desse tipo de assunto com Lula: -Eu não discuto isso com o presidente, o que discuto com o presidente são cenários econômicos da empresa e do Executivo.

Segundo a colunista do GLOBO Malu Gaspar, Haddad quer que sejam liberados 100% dos dividendos extraordinários, enquanto a Casa Civil considera que o ideal seria pagar apenas 50% dos recursos. Um pagamento integral dos dividendos reforçaria os cofres públicos em R\$ 12 bilhões, já que a União é a maior acionista da empresa.

Em evento do jornal Valor em São Paulo, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que a distribuição de dividendos extraordinários pela Petrobras é importante para alcançar as metas fiscais estabelecidas pela pasta, como zerar o déficit primário este ano.

PAGAMENTO DE R\$20 BI

O reforço para as contas públicas via Petrobras também é discutido em outra frente. A estatal negocia pagar cerca de R\$ 20 bilhões para a União e encerrar disputas tributárias envolvendo processos administrativos e judiciais na casa de R\$ 55 bilhões.

A tendência é que a Petrobras aceite o acordo e pague, conforme antecipou o Valor. O tema foi discutido em reunião no Planalto na semana passada. A empresa deve aderir a um edital de transação tributária colocado em consulta pública pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e **Receita Federal**. A previsão é que o edital final seja publicado ainda neste mês para que as empresas possam solicitar a adesão.

Pelo acordo em negociação, a Petrobras vai aderir à transação na opção de pagamento que oferecerá desconto de 60% sobre o valor total do débito. O restante deverá ser pago com entrada de, no mínimo 30%, e o saldo remanescente em até seis parcelas mensais.

A transação envolve a regularização de vários **tributos**, como Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, PIS, Cofins e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre remessas ao exterior em contratos de afretamento de embarcações ou plataformas. Esses processos estão no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e na Justiça. A Petrobras afirmou em nota que avalia tecnicamente a minuta do edital de transação.

CONVERSAS NO SENADO Enquanto a saída de Prates ainda é discutida no Palácio do Planalto, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), relatou a integrantes do governo que foi procurado por senadores para tentar ajudar o CEO da Petrobras a se manter no cargo. Parlamentares do PT, MDB e PDT, que tentaram ajudar Prates, buscaram Pacheco na semana passada.

O dirigente da empresa estatal foi senador pelo PT do Rio Grande do Norte. Em conversas, Pacheco havia relatado a movimentação de Prates na Casa ao ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e aos líderes do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP).

Pacheco é aliado de Silveira e foi um dos responsáveis para a escolha dele no primeiro escalão. Apesar disso, o presidente do Senado tem evitado comentar publicamente sobre a crise na Petrobras.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Sinal verde para a economia verde (Editorial)

O Brasil tem uma oportunidade única de compatibilizar os dois elementos chave do desenvolvimento sustentável: preservação ambiental e prosperidade socioeconômica.

Segundo reportagem do Estadão, a mola propulsora da descarbonização da economia global - a transição das tecnologias energéticas baseadas em combustíveis fósseis para as renováveis - dá ao País a chance de criar 6,4 milhões de empregos (14,6% das vagas com carteira assinada hoje) e aumentar o **PIB** em US\$ 100 bilhões (4,7% do valor atual).

A reportagem que mapeia oportunidades de transição energética inaugura a série Economia Verde. Serão seis capítulos semanais até maio, explorando iniciativas com potencial de colocar o Brasil na dianteira da nova economia global, do hidrogênio verde a práticas sustentáveis do agronegócio; do mercado de carbono até a revolução nos meios de transporte e oportunidades de mineração sustentável.

O País tem ativos ambientais únicos: a maior floresta tropical do mundo, 20% da biodiversidade e 12% das reservas de água doce. O Brasil é um dos países que teriam menos dificuldades e custos para zerar suas emissões de carbono até 2050. Ao contrário de outras nações, no Brasil o principal responsável pelas emissões é o desmatamento.

O País já possui uma legislação florestal de ponta e basta aplicá-la para eliminar esse entrave. O Brasil supre pelo menos 10% da demanda mundial de alimentos e pode produzir muito mais sem derrubar florestas: a produtividade do agro segue aumentando e há mais de 80 milhões de hectares de terras degradadas convertíveis à agricultura.

A propósito da energia, o Brasil tem áreas de dimensões continentais abundantemente servidas por água, vento, luz solar, biomassa e metais cruciais para a transição energética, como lítio, cobre e níquel. O País tem condições materiais de se tornar um exportador de hidrogênio verde e aproveitar a expertise com o etanol para explorar matérias-primas como macaúba e soja para exportar biocombustíveis.

Enquanto boa parte do mundo precisa trocar o carvão por fontes limpas, o Brasil já tem 48% de sua matriz energética ligada a fontes renováveis, sobretudo

hídricas, enquanto a média mundial é de 15%. No mundo, o setor de energia responde por 70% das emissões de gases de efeito estufa. No Brasil, são 17%.

Na hipótese de zerar suas emissões até 2050, estima-se que os investimentos em energia limpa no País possam gerar 3,8 milhões de empregos e US\$ 34 bilhões a mais no **PIB**. Mas, mais do que zerar, o Brasil tem condições de ter emissões negativas e vender créditos de carbono. Nesse cenário otimizado, as projeções sobem para 6,4 milhões e US\$ 100 bilhões.

Como disse ao Estadão o CEO da Bosch na América Latina, Gastón Díaz Perez: "Há várias opções para a descarbonização.

Cada uma delas é uma carta.

Muitos países tem uma só carta. O Brasil tem o baralho completo". Mas esse jogo está longe de estar ganho. As matérias-primas estão à mão, mas só serão aproveitadas com políticas públicas que garantam bons arcabouços regulatórios, infraestrutura, incentivos à pesquisa e desenvolvimento, qualificação da força de trabalho e um ambiente de negócios atrativo.

Um exemplo de uma área que precisa ser saneada é a sedimentação de subsídios onerosos e injustificáveis para a indústria energética (a de renováveis, mas, sobretudo, de fósseis) que pesam sobre o custo da energia para o consumidor.

E há falsos dilemas no debate público que precisam ser desmoralizados, como explorar ou não novas reservas de petróleo. A aposentadoria dos fósseis não será disruptiva, mas gradual, e não se fará pela redução da oferta, e sim da demanda, tão logo haja fontes alternativas baratas e eficientes. As receitas do petróleo podem ser canalizadas para financiar essas alternativas e outras atividades compatíveis com o desenvolvimento sustentável, tanto na área ambiental quanto na social.

No caso dos ativos ambientais do Brasil, o lugar comum do "berço esplêndido" é real. O desafio é utilizar esse potencial para superar outro lugar comum, também real até demais, o do "gigante adormecido".

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Sem receita extra no radar, governo avalia reduzir meta fiscal para 2025

CÉLIA FROUFE BRASÍLIA COLABORARAM AMANDA PUPO e GIORDANNA NEVES/BRASÍLIA

Com incertezas sobre a evolução da arrecadação, o governo estuda alterar a meta para as contas públicas em 2025 prevista no novo arcabouço fiscal, que é de um superávit de 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Discussões na equipe econômica apontam agora para um número entre resultado primário zero e superávit de até 0,25% do **PIB** - repetindo a meta estipulada para este ano, que a princípio não deve ser alterada.

Em última instância, a definição caberá ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de avaliações que serão apresentadas a ele pela chamada Junta de Execução Orçamentária (JEO), composta pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda), Simone Tebet (Planejamento e Orçamento), Rui Costa (Casa Civil) e Esther Dweck (Gestão). Esse número precisa constar do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, que tem de ser enviado ao Congresso até 15 de abril.

A fixação da atual meta fiscal provocou ruídos dentro do governo - com a ala política querendo reduzir esse número, o que abriria espaço para maiores gastos públicos em pleno ano eleitoral - e foi considerada pouco viável pelo mercado, que critica a insistência em medidas de aumento de receitas em detrimento de cortes de gastos. Entre economistas e especialistas fora do governo, ainda existe a avaliação de que a equipe econômica deverá mudar a meta para 2024 até meados do ano. Se isso acontecer de fato, uma mudança na direção para 2025 seria inevitável (mais informações na pág.

B2).

Por conta desse cenário, integrantes da equipe econômica afirmaram ao Estadão/ Broadcast que insistir no patamar inicialmente projetado para 2025 poderia até jogar contra a credibilidade do governo, que vem num processo de convencimento da entrega de uma estabilidade fiscal. Daí, a ideia de apresentar um número que seria considerado mais crível. Ao mesmo tempo, existe um esforço para mostrar que haverá um pequeno avanço no ano que vem em relação a 2024, ainda que seja com um superávit de até 0,25% do **PIB**.

Questionado ontem sobre o assunto, Haddad respondeu que a equipe econômica está fazendo as contas para fixar uma meta fiscal "factível" para 2025. Haddad não cravou qualquer número, mas considerou que, apesar de "boas coisas" terem acontecido no último ano, a Fazenda também enfrentou percalços que mudaram o cenário e que precisam ser considerados na definição.

"Estamos fazendo reuniões da Junta de Execução Orçamentária junto com Tesouro.

Estamos esgotando o tempo para fazer as contas necessárias e fixar uma meta factível", disse Haddad, depois de participar de encontro com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

"Receita extra tem um prazo e novos gastos são permanentes"

**FRANCISCO CARLOS DE ASSIS EDUARDO LAGUNA
MARIANNA GUALTER**

ENTREVISTA: Bruno Funchal, Economista formado pela Universidade Federal Fluminense e doutor em Economia pela FGV-RJ; foi secretário especial do Tesouro

Secretário especial do Tesouro e Orçamento da equipe de Paulo Guedes, no governo Jair Bolsonaro, o economista Bruno Funchal avalia que a probabilidade de o governo revisar a meta de zerar o déficit primário neste ano diminuiu. Para 2025, contudo, ele diz que será difícil cumprir com o objetivo de entregar um superávit de 0,5% do **PIB**.

"Talvez a probabilidade (de manter a meta deste ano) ainda seja menor que 50%, mas no início do ano era zero. Todo mundo achava que no primeiro bimestral (Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, divulgado em março) ia mudar a meta.

A receita teve bom desempenho, e aí está sendo postergada essa mudança", disse Funchal, hoje CEO da Bradesco Asset Management.

Em sua visão, o arcabouço ajudou a segurar a trajetória de crescimento da dívida pública, mas sem corrigir totalmente o problema fiscal. Funchal disse ainda que a unanimidade nas decisões do Comitê de Política Monetária (Copom) tende a diminuir cada vez mais, à medida que a atual diretoria do Banco Central (BC) for sendo substituída por indicados do governo Lula. "O mais normal é ter divergência mesmo de opinião, ter decisões divididas." Que avaliação o sr. faz sobre a condução da política fiscal?

O arcabouço veio para colocar uma regra, ajuda a ancorar as expectativas. Tem as medidas tributárias que estão ajudando a gerar o resultado para manter de fato o compromisso com a meta fiscal. Ajuda a fazer com que a dívida não suba demais.

Não vai resolver, mas também não teremos um problema fiscal sério. A agenda do governo não era resolver o problema fiscal.

Apesar de sabermos que um fiscal no limite tem reflexo na economia. Fiscal mais expansionista leva a mais prêmio de risco, juros mais altos, investimento

produtivo mais caro, menos crescimento.

Como o sr. recebeu a fala da ministra do Planejamento, Simone Tebet, admitindo que as alternativas de receitas do governo estão se exaurindo e que no PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2025 haverá um anexo para revisão de gastos?

A avaliação de políticas públicas é fundamental para melhorar a qualidade do gasto. O problema é que muitos programas dependem de decisão política.

Tem o técnico e tem o político.

Eliminar com qualquer programa é supercomplexo, politicamente difícil.

O sr. entende que o governo terá de mudar a meta de déficit zero neste ano?

Pode ser que mude, mas manter é fundamental. A manutenção da regra está ficando cada vez mais provável. Talvez a probabilidade ainda seja menor que 50%, mas no início do ano era zero. Todo mundo achava que no primeiro bimestral ia mudar a meta. A receita teve bom desempenho, e aí está sendo postergada essa mudança.

Se mudar a meta, vai ser uma mudança pequena. Eu pergunto: como a mudança é pequena, por que não manter, fazer o esforço para mostrar que de fato o governo está cumprindo com o que foi comprometido no novo modelo fiscal? Acho que a Fazenda e o Planejamento têm de fazer esse esforço de comunicação dentro do governo, ponderando esses benefícios.

Haverá uma piora no cenário fiscal no ano que vem?

Este ano terá o benefício das ações do lado da receita, mas o ano que vem vai ser bem mais difícil. A receita extraordinária tem prazo e as despesas que estão sendo contratadas são permanentes.

O crescimento nas despesas da Previdência está vindo acima do esperado. Acho que para o ano que vem é mais difícil manter (a meta de primário).

Até agora, as decisões do Copom têm sido unânimes,

mas alguns diretores já argumentam que uma diminuição no ritmo de cortes da Selic pode ser apropriada.

Podemos começar a ver decisões não unânimes a partir do Copom de junho?

O mais normal é ter cada vez menos unanimidade. Metade dos diretores está num ciclo político de um chefe de Executivo.

E os outros estão num ciclo de outro chefe de Executivo.

Então, pode ter visões diferentes.

O mais normal é ter divergência mesmo de opinião, ter decisões divididas.

Até onde o BC deve ir no ciclo de cortes da Selic?

Temos ainda um juro real bastante elevado, tem espaço para corte. Mas temos visto dados relevantes de atividade econômica, ainda está bastante acelerada.

A diferença de juro está diminuindo para os Estados Unidos.

É razoável o Banco Central buscar maior grau de liberdade, ter flexibilidade para poder manter ou reduzir o passo.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, avalia que o prêmio de risco por causa da sucessão na direção da autarquia tem diminuído. Esse é um tema que preocupa o sr.?

Antes da autonomia do BC, toda sucessão era mais complexa.

Hoje, já está mais consolidada a lógica da autonomia, o que ajuda a diminuir uma incerteza que poderia virar prêmio de risco.

À medida que acontecem as trocas de diretores e as decisões seguem coerentes, unânimes, com boas justificativas, isso vai se reduzindo de fato.

A desancoragem das expectativas de **inflação** do mercado se deve só à transição no BC ou também tem um prêmio fiscal?

Se você tem um fiscal mais solto, vai precisar de uma política monetária mais restritiva. Dependendo da equipe (do BC), alguém pode ser um pouco mais complacente. Se aceita uma **inflação** um pouquinho maior, de 3,5% ou 4%, que é mais ou menos o que

está indicando o Focus, quer dizer que você tem um Banco Central um pouquinho mais complacente.

"A manutenção da regra fiscal (deste ano) está ficando cada vez mais provável. Talvez a probabilidade ainda seja menor que 50%, mas no início do ano era zero"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Solução no arcabouço

GERALDA DOCA, RENAN MONTEIRO E MANOEL VENTURA *economia ioglobo.com.br* BRASÍLIA

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva discute fixar a meta de resultado das contas públicas no próximo ano entre zero (ou seja, receitas iguais às despesas) e um saldo positivo equivalente a 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**). O estabelecimento desse valor iria de encontro ao que está previsto no arcabouço fiscal, aprovado no ano passado.

Ao anunciar o arcabouço, o governo previu zerar o déficit neste ano e gerar superávits de 0,5% do **PIB** em 2025 e de 1% do **PIB** no ano seguinte. O alvo em si, porém, é fixado anualmente no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício. O projeto da LDO de 2025 será enviado ao Congresso Nacional pelo governo até a próxima segunda-feira.

O martelo sobre a meta será batido na reunião da Junta de Execução Orçamentária, que vai definir os parâmetros da LDO, ainda nesta semana. A Junta reúne os ministros da Fazenda, Fernando Haddad; do Planejamento, Simone Tebet; da Casa Civil, Rui Costa; e da Gestão, Esther Dweck.

A meta seria alterada diante de uma avaliação do governo de que a previsão das receitas federais não aponta recursos suficientes para gerar superávit. Na semana passada, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou que a discussão sobre a meta estava na mesa e que a agenda de aumento de receitas "está se exaurindo".

Ontem, Haddad afirmou que o governo tenta fixar uma "meta factível" para as contas públicas em 2025.

- Estamos esgotando o tempo para fazer as contas para fixar uma meta (de 2025) factível, à luz do que aconteceu de um ano para cá. Essa meta (de superávit em 0,5% do PIB) foi anunciada em março do ano passado -disse.

Haddad ainda falou em insegurança nas negociações com o Congresso Nacional, onde estão pendentes medidas com impacto nas contas.

- De lá (março) para cá aconteceram muitas coisas boas, mas tiveram alguns percalços que vão ser considerados e temos ainda alguma insegurança em relação ao resultado final das negociações (no Congresso) neste semestre -disse o ministro.

Um superávit de 0,5% do **PIB** representa R\$ 61 bilhões de saldo nas contas no em 2025, considerando a projeção nominal do governo para o **PIB** no ano que vem. Para 2026, um superávit de R\$ 132 bilhões significaria 1% do **PIB**.

Na avaliação de técnicos do governo é possível fazer mudanças no processo de ajuste das contas públicas desde que seja mantido o campo do equilíbrio, ou seja, que não se caminhe para um déficit no próximo ano.

Integrantes da equipe econômica avaliam que diminuir a intensidade do ajuste fiscal prometido poderia agradar ao mercado, na medida em que reduz o risco de haver novas medidas de aumento de tributação que possam ter impacto na economia e sobre as empresas. O corte de despesas, cobrado por agentes do mercado, não é prioridade na agenda do governo.

DÉFICIT ZERO ESTE ANO

Por isso, caso a decisão seja por mudar a meta, o discurso vai ser que entregar 0,5% do **PIB** de superávit necessitaria de mais medidas de aumento de receita. Assim, fazer um ajuste mais suave, nas palavras de um integrante da equipe econômica, poderia tirar incerteza dos agentes do mercado.

O governo não discute, neste momento, mudar a meta de zerar o déficit este ano, de acordo com integrantes do Executivo. O Ministério da Fazenda negocia com o Congresso, por exemplo, o limite para compensações tributárias e conta com o ingresso de, pelo menos, R\$ 6,2 bilhões de dividendos extras da Petrobras (se for essa a decisão final da empresa). Essas medidas e outras ações mais pontuais garantiriam o cumprimento da meta dentro do intervalo de até 0,25% do **PIB** de déficit (R\$ 28,8 bilhões).

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Projeto deve indicar flexibilização de pisos constitucionais

VICTORIA ABEL E GERALDA DOCA
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

O governo avalia incluir, no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025, a indicação de que é necessária uma redução no grau de indexação dos gastos públicos e pisos constitucionais, como despesas com saúde e educação. Uma série de gastos do Orçamento é ligada ao comportamento da arrecadação ou da **inflação**.

O texto da LDO, que dá as bases do Orçamento do ano que vem, está sendo fechado pela equipe econômica e será enviado ao Congresso Nacional pelo Executivo até a próxima segunda-feira.

A proposta não trará detalhes de quais medidas devem ser tomadas pelo governo, mas será uma sinalização de que são necessárias mudanças nos índices de correção para o próximo Orçamento. A avaliação da equipe econômica é que a correção de benefícios como seguro-desemprego, abono salarial e os piso de educação e saúde cresce acima do previsto no arcabouço fiscal, o que torna inviável um equilíbrio nas contas públicas pela receita apenas com aumento de arrecadação.

Com o fim do teto de gastos, na PEC de Transição, o piso de saúde voltou a ser de 15% da Receita Corrente Líquida (RCL) do ano, enquanto o piso da educação passou a ser de 18% da Receita Líquida de **Impostos** (uma conta diferente, que une uma série de **impostos**). Durante a vigência do teto de gastos, a correção ocorria apenas pelo IPCA, índice da **inflação**, que fechou 2023 em 4,62%.

FUNDO DO DISTRITO FEDERAL

Também é vinculado à receita da União o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), corrigido pela variação da RCL. As emendas parlamentares obrigatórias são igualmente atreladas à receita: as individuais são determinadas a 2% do montante, enquanto as de bancada são 1% do valor da receita líquida.

Já o salário mínimo no governo Lula passou a ser ajustado pela **inflação** mais a variação do **PIB** de dois anos antes. A elevação do mínimo, por sua vez, pressiona outros benefícios como aposentadorias,

seguro-desemprego e abono.

Na prática, são despesas que crescem acima do que prevê o arcabouço fiscal. A regra determina que os gastos subirão entre 0,6% e 2,5% acima da **inflação**. Assim, a indexação dos gastos pressiona as demais despesas.

Integrantes do governo lembram que, para realizar tais mudanças, seria necessário recorrer a uma proposta de emenda à Constituição (PEC). Eles admitem que enfrentar esses debates ainda neste ano seria desgastante e difícil, ainda mais por causa das eleições locais. No entanto, avaliam que deixar a sugestão de alteração na proposta de LDO é o primeiro passo para provocar mudanças e pressionar parlamentares a entrarem nas discussões.

Na semana passada, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que iria apresentar na LDO uma lista de propostas para revisão de gastos públicos. Para ela, o corte de despesas é o único caminho possível para a manutenção do superávit. Atualmente, cerca de 90% das despesas do Orçamento são consideradas obrigatórias.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo avalia reduzir meta fiscal de 2025 para 0,25% do PIB

Guilherme Pimenta, Lu Aiko Otta e Jéssica Sant'Ana

A equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avalia fixar um superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) como meta de resultado primário para 2025, inferior ao superávit de 0,5% que foi previsto na apresentação do novo arcabouço fiscal, segundo apurou o Valor.

Algumas fontes da equipe econômica afirmam que a tendência é que a meta seja "mais crível" para o próximo ano, principalmente por causa do cenário de receitas e da desidratação de projetos no Congresso, mas o Ministério da Fazenda ainda tentava trabalhar com uma meta de 0,5% de superávit. Essa será a principal definição do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) do ano, que será enviado ao Congresso até a próxima segunda-feira (15).

Fontes do governo afirmam que o resultado de 0,5% do PIB pode não ser alcançado em 2025. Para 2024, a projeção de déficit mais atualizada é de R\$ 9,3 bilhões ante o zero previsto no Orçamento. Com a meta zero, o novo arcabouço fiscal prevê a possibilidade de déficit de até 0,25% do PIB, equivalente a cerca de R\$28 bilhões.

Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo ainda está aguardando "definições mais claras" do andamento de projetos no Congresso Nacional para bater o martelo sobre a meta de 2025. Segundo ele, será preciso definir uma meta "factível". "Estamos fazendo contas para fixar meta [de 2025] factível a luz do que aconteceu de março de 2023 para cá", afirmou o ministro, se referindo à época de apresentação arcabouço fiscal.

Haddad disse que, mais importante do que o número a ser fixado para a meta, é a trajetória que o governo vai indicar no PLDO. "O investidor não olha o que vai acontecer no curto prazo, olha a curva do endividamento público, as taxas de juro e o lado externo, se o Brasil está devendo, se vai ter saldo comercial, não é ano a ano", afirmou o ministro. "Do que adianta ter resultado primário positivo um ano e ele ser insustentável?", questionou.

Na última semana, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, já havia sinalizado que poderia haver uma alteração na meta de 2025, ao

comentar que as receitas poderiam estar "se exaurindo".

Na avaliação da economista Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), a sinalização do governo na apresentação do PLDO em relação às metas de 2026, 2027 e 2028 será tão importante quanto o objetivo fiscal de 2025. "As projeções macroeconômicas mudam, o cenário se altera ao longo do tempo. Então, é preciso ter uma visão mais atualizada", considerou. Assim, isso sinalizará ao investidor que o objetivo do governo está compatível com a estabilização da dívida pública, disse a economista.

Do ponto de vista técnico, apontar para uma meta de 0,25% do PIB em 2025 e 0,5% do PIB em 2026 seria o mais adequado, disse o economista-chefe da AZ Quest, Alexandre Manoel. Ele projeta, para o ano que vem, um déficit de 0,6% do PIB. Isso porque muitas das receitas que ocorrem neste ano, como a tributação de estoques de fundos offshore e exclusivos, não se repetirão.

A recepção do mercado a essa mudança dependeria da forma como ela seria comunicada, comentou. O fato de apontar para um resultado no azul, ainda que num contexto de um ajuste mais lento do que o desejado pelo mercado, seria de ajuda ao governo.

Por outro lado, o economista considera que o timing é ruim para sinalizar com uma meta menos ambiciosa do que o 0,5% do PIB inicialmente apontado para 2025. Há uma ala mais pessimista do mercado que desconfia do compromisso do atual governo com o ajuste fiscal e poderia entender esse movimento como um abandono do arcabouço.

A favor da meta de 0,5% do PIB para 2025 está o fato que o governo tem boas chances de cumprir a meta de 2024, avaliou Manoel, que integra a ala mais otimista do mercado. Ele acredita que o déficit ao fim deste ano será pequeno, dentro da margem de tolerância.

"Do que adianta ter resultado primário positivo um ano e ele ser insustentável?" Fernando Haddad

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187836?page=1>

§ion=1